

## RODRIGUES, Luís F. *A Ponte Inevitável: a história da Ponte 25 de Abril. Lisboa: Guerra e Paz, 2016.*

PAULO RENATO DA SILVA

A Ponte Inevitável<sup>1</sup>: a história da Ponte 25 de Abril, do arquiteto Luís Ferreira Rodrigues, foi publicado em 2016 em meio às comemorações dos 50 anos da ponte que liga as cidades de Lisboa – na margem norte do famoso Rio Tejo – e Almada – na margem sul. A ponte, de 2.277,64 metros de extensão (p. 283), pode ser vista de diferentes pontos da capital portuguesa e atrai a atenção de moradores e turistas que visitam o país. “(...) para além da sua utilização funcional, a Ponte 25 de Abril é também uma das mais importantes referências simbólicas e imagéticas da área metropolitana de Lisboa (...)” (p. 252). Em sua inauguração, “(...) o vão da ponte suspensa (...) era, não só o maior de toda a Europa, mas também, o quinto maior em todo o mundo.” (p. 15). Publicado há três anos, *A Ponte Inevitável* continua atual não apenas pela presença da ponte e por sua materialidade expressiva, mas também por trazer à tona pontos polêmicos sobre a memória do passado autoritário português. A ponte foi construída durante o Estado Novo português (1933-1974) e inicialmente era conhecida como Ponte Salazar, uma referência a António de Oliveira Salazar (1889-1970), Presidente do Conselho de Ministros que centralizou a chefia do governo de Portugal entre 1932 e 1968, quando sofreu um acidente e foi afastado de suas funções. A ponte foi conhecida como Salazar até a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, a partir da qual recebeu o nome atual.

1 A leitura de *A Ponte Inevitável* e a escrita da resenha são atividades do estágio de pós-doutoramento desenvolvido no Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora (UÉ), Portugal (ago. 2018 – jul. 2019).

A Revolução dos Cravos representou o fim da ditadura do Estado Novo<sup>2</sup>.

O livro é composto pela introdução e nove capítulos, sendo que o nono se refere à conclusão. Os dois primeiros capítulos, *Travessias Sonhadas* e *Grandes Decisões*, abordam as propostas anteriores para se cruzar o Tejo na altura de Lisboa e os preparativos para o início da construção da ponte, notadamente a elaboração do projeto e o concurso entre as empresas interessadas na obra. Os capítulos três e quatro, *Genealogia de uma Ponte* e *Estaleiro do Futuro*, tratam da construção da ponte. Enfatizam as questões técnicas, a história de projetos similares em outros países e temas políticos, econômicos e sociais controversos como as relações entre Estados Unidos e Portugal – o consórcio escolhido para construir a ponte era norte-americano –, as desapropriações demandadas pela construção e as relações e condições de trabalho no canteiro de obras. Os capítulos cinco e seis, *Grande Inauguração* e *Décadas de Agitação*, enfocam a inauguração da ponte, as transformações que provocou nas duas margens do Tejo e na vida de seus moradores e como ditadura e democracia se relacionaram com a obra, sua nomenclatura e com eventos dos quais foi palco. O capítulo sete, *A Era Ferroviária*, destaca a incorporação tardia da linha de trens sob a pista de automóveis, já prevista no projeto original. Os capítulos oito e nove, *Tempo de Balanço* e *Conclusão*, analisam as perspectivas quanto aos usos da ponte e de seu entorno para

2. Entre 1968, quando Salazar se acidentou, e 1974, quando ocorreu a Revolução dos Cravos, a presidência do Conselho de Ministros foi exercida por Marcello Caetano

PAULO RENATO DA SILVA

os próximos anos e fazem um balanço do tratado em todo o livro.

Uma das qualidades do livro é apresentar uma história da ponte desde as primeiras ideias no século XIX para se cruzar o Tejo em Lisboa. Assim, Rodrigues nos apresenta as particularidades do empreendimento, muitas vezes colocado à sombra da Ponte Golden Gate, que liga as cidades de São Francisco e Sausalito na Califórnia, Estados Unidos. Apesar das semelhanças entre as duas pontes, Rodrigues defende que:

Está na hora da “nossa” ponte deixar de ser vista como uma cópia, um sucedâneo, um clone, ou um cenário, para assumir uma identidade clara e afirmar-se como verdadeira protagonista de uma peça em que tem necessariamente de assumir o papel principal. (p. 16).

O autor faz uma incursão extensa – mas não cansativa – por ideias e projetos que marcaram os séculos XIX e primeiras décadas do XX. Passa por nomes portugueses como Miguel Carlos Correia Pais, Melo de Matos, Fialho de Almeida, José Cortez, Cassiano Branco e Duarte Pacheco; espanhóis como Carles Buigas y Sans e Alfonso Peña Boeuf e o brasileiro Ângelo Bruhns. Destaca como essas ideias e projetos repercutiram na política e imprensa. Ao fugir da sombra da Ponte Golden Gate nos Estados Unidos, Rodrigues insere a 25 de Abril na história e cultura portuguesas, explicando o porquê esses projetos e ideias anteriores foram descartados ou adiados e quais teriam sido as condições favoráveis que teriam viabilizado a ponte na década de 1960. Ao fazer essa digressão, o autor procura fugir da polarização entre salazaristas e anti-salazaristas, mostrando que o significado da ponte transcenderia o período da ditadura e redemocratização:

Que erradamente alguns coloquem a sua gênese em António de Oliveira Salazar, e outros, igualmente errados, pensem que essa obra deve ser menorizada porque foi construída durante o Estado Novo, esse é outro dos equívocos que se tentará esclarecer neste livro. (p. 16).

Apesar dessas e de outras qualidades – que não poderiam ser desenvolvidas no espaço resumido de uma resenha –, o livro não consegue fugir da polarização política e apresenta a relação entre a ponte e o passado autoritário português de forma ambígua.

Dada a urgência em se discutir esse tema não apenas em Portugal, mas em toda a Europa e América Latina, priorizaremos este ponto em detrimento dos aportes e outros assuntos trazidos por A Ponte Inevitável. Rodrigues tem o cuidado de se referir ao Estado Novo como uma ditadura, destaca que existia censura e tampouco nega outros problemas que o país tinha no período, conforme pontuaremos a seguir. Porém, o livro é marcado por relativizações e comparações incômodas.

Sobre a relação de Salazar com a ponte, o autor endossa uma imagem presente na historiografia portuguesa: o Estado Novo não teria sido marcado pelo culto à personalidade do ditador. Segundo Rodrigues, Salazar teria sido contra o batismo da ponte com seu nome. O nome Salazar teria sido dado por insistência do Ministro Arantes e Oliveira e de Américo Thomaz, Presidente da República. Entretanto, o autor destaca que não teria havido uma denominação oficial e o nome teria coexistido com “Ponte sobre o Tejo”. Rodrigues volta a frisar a posição de Salazar ao comentar a reação que o ditador português teria tido ao discurso do general França Borges, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, no dia da inauguração da ponte. França Borges teria feito um discurso laudatório de agradecimento a Salazar pela ponte. “Indignado, Salazar confidenciaria dois dias depois a Franco Nogueira: ‘O que me salva é que ninguém acredita em nada daquilo. O que nos salva a todos é que ninguém acredita.’” (p. 182). O autor faz essas afirmações embasado em fontes históricas. Contudo, caberia uma análise mais crítica dessas fontes. No livro nos deparamos com um descompasso entre o homem que, por um lado, comandou o país por mais de 30 anos, mas, por outro, não teria conseguido demover os seus auxiliares quanto à nomenclatura da ponte ou conter os excessos de elogios que estes lhe faziam publicamente. Rodrigues deveria ter considerado que um mecanismo comum entre ditaduras longevas é, justamente, conciliar o enaltecimento dos seus “feitos” e de seus líderes com concessões e auto representações como governos nos quais existiria o dissenso, de tal modo a diluir tensões e críticas quanto ao personalismo e centralização política.

PAULO RENATO DA SILVA

Sobre a mudança de nome para 25 de Abril, o livro questiona a representatividade da Revolução dos Cravos e os seus métodos, aproximando-os da forma como a ponte tinha sido nomeada durante a ditadura. Rodrigues lembra que a mudança se efetivou em 5 de outubro de 1974, nas comemorações pela implantação da República em Portugal em 1910. Lembra, ainda, que a mudança contou com o apoio de “(...) várias forças políticas (...)” (p. 211) “(...) nomeadas, mas não eleitas por sufrágio universal (...)” (p. 211). O autor defende que a mudança de nome ocorreu “(...) com base em duvidosos critérios legais (...)” (p. 211), tendo sido caracterizada sobretudo pela ação direta – apenas dois dias depois da Revolução o nome 25 de Abril foi escrito com tinta na ponte. Realmente as “várias forças políticas” no imediato pós-Revolução eram nomeadas, mas soa estranho que o autor frise a ausência de eleições, como se fosse possível o estabelecimento imediato de um regime democrático após décadas de ditadura – conforme o autor destaca, o primeiro governo constitucional eleito teve início apenas em 23 de julho de 1976. A ausência de eleições livres no Estado Novo e sua inexistência no imediato pós-Revolução dos Cravos não podem ser equiparadas, como se tivessem a mesma origem.

Outro ponto polêmico é a abordagem das relações e condições de trabalho durante a construção da ponte. Rodrigues destaca que “(...) a resiliência dos operários portugueses era muito tenaz e admirada – especialmente pelos técnicos norte-americanos.” (p. 166). Como exemplo, cita reportagem de 1964 publicada por revista da Morrison-Knudsen – empresa que participou do consórcio que construiu a ponte –, na qual os operários portugueses são elogiados por terem mantido os trabalhos em uma ocasião marcada por fortes ventos e ondulações antes de uma tempestade. Rodrigues menciona que houve mortes e feridos durante a construção. Contudo, considera que o número foi baixo tendo em vista o número total de trabalhadores envolvidos. “Na construção da ponte sobre o Tejo, nem tudo deve ser encarado de forma dramática.” (p. 171). Além disso, enfatiza as experiências positivas que os trabalhadores teriam tido ao participar do empreendimento:

Se algumas pessoas vieram a Lisboa para encontrar um destino menos feliz ou até mesmo fatal, outras, a maior parte, vieram jovens, empreendedores, com expectativas e sonhos de felicidade que acabaram por concretizar-se. A ponte terá sido não só um local onde milhares de operários puderam ganhar mais dinheiro e expectativas de realização profissional, mas uma escola de aprendizagem e convívio (nacional e internacional) onde poderiam adquirir mais-valias pessoais e profissionais sem precedentes no nosso país. (p. 171).

O problema da abordagem do tema se evidencia quando Rodrigues compara a posição de duas publicações oficiais quanto aos trabalhadores mortos durante as obras; uma publicação do Estado Novo (1966), quando a ponte rodoviária foi inaugurada, e outra já sob a democracia (1999) para celebrar a inauguração da linha ferroviária. O autor destaca que no Estado Novo, “(...) regime pautado pela censura (...)” (p. 170), “(...) os nomes das vítimas apareciam elencados nos jornais da época, (...) eram referidas as suas idades, profissões, causas dos acidentes e endereços das suas residências.” (p. 170). A publicação oficial sobre a inauguração da ponte rodoviária, “(...) apesar de incompleta, pelo menos elenca alguns nomes dos operários mortos e dedica-lhes uma homenagem logo na sua primeira página.” (p. 170). Assim, os mortos teriam tido espaço tanto nos jornais da época como na publicação organizada pelo Estado Novo. A postura da publicação oficial de 1999 teria sido bastante diferente:

(...) a publicação oficial da introdução do caminho-de-ferro na Ponte 25 de Abril, editada em Outubro de 1999 (ou seja, numa fase democrática da vida nacional), não só se esquece de introduzir o mesmo tipo de referência na primeira página, como, só nas páginas 95 e 107 é que ficamos a saber que, no que “respeita a acidentes de trabalho (...) há a referir três acidentes que se traduziram em perdas de vidas, fatalidades que se lamentam profundamente” (...). Estas três vítimas permaneceram, no entanto, no anonimato. (p. 170).

Não está em discussão se os trabalhadores da construção foram dedicados ou não. Provavelmente o foram. Contudo, cabe analisar historicamente essa dedicação. A mencionada reportagem da revista norte-americana sobre como os operários enfrentaram a chegada de uma tempestade deve ser relacionada a um contexto de Guerra Fria e anticomunismo nos âmbitos nacional e internacional, cujo objetivo era mascarar e esvaziar as lutas operárias e, em cada país, criar símbolos de

PAULO RENATO DA SILVA

unidade nacional – como a ponte que dá título ao livro. Ao ressaltar as experiências – certamente inéditas para muitos – que a ponte teria proporcionado aos que participaram de sua construção, o livro, ainda que implicitamente, reforça o discurso (neo)liberal que relaciona as conquistas dos trabalhadores aos esforços e conhecimentos sobretudo individuais. Ainda sobre esse ponto, o autor não embasa a afirmação de que “a maior parte” dos operários da ponte realizou suas “expectativas e sonhos de felicidade”.

É verdade que A Ponte Inevitável abre espaço para tensões que existiram no canteiro de obras e sua cobertura pela imprensa, apesar da ditadura vigente. Também reconhece que o “(...) contexto político ditatorial português (...)” (p. 163) “(...) proibia reivindicações e greves (...)” (p. 163). Entretanto, o autor relaciona um caso de demissão que repercutiu na imprensa ao não cumprimento de ordens pelo trabalhador (p. 160); minimiza as diferenças de salário e de indenizações existentes na obra, alegando que os salários estavam acima da média dos demais trabalhadores portugueses; concorda que as condições de trabalho eram “duras”, “(...) mas não se pode pensar que tal constituísse uma exceção no contexto laboral mundial da época (até porque as regras e manuais de trabalho eram norte-americanas e, portanto, eram aquelas que os próprios norte-americanos utilizavam (...)” (p. 163). Em outras e poucas palavras, o livro desqualifica as reivindicações operárias, reiterando discursos oficiais e do consórcio construtor. No que se refere ao tratamento dado às vítimas que faleceram nas obras, é pertinente a crítica feita à publicação oficial de 1999, sob a democracia. Porém, o próprio Rodrigues reconhece que a publicação do Estado Novo é incompleta. Além disso, não analisa efetivamente como os jornais do período democrático cobriram a construção da linha ferroviária para que a comparação tivesse mais consistência. Finalmente, o Estado Novo, ao colocar os mortos em primeira página, não necessariamente reconhecia a importância desses trabalhadores; tendo em vista a Guerra Fria e o anticomunismo, apresentava esses operários como mártires e reforçava o discurso do trabalho como símbolo de união, entrega e sacrifício para o “bem” da nação.

A relação entre a ponte e políticas econômicas da ditadura e da democracia é outra das polêmicas suscitadas pelo livro. Além da questão do culto à personalidade – ou da falta dele –, A Ponte Inevitável realça outra visão presente na historiografia, segundo a qual Salazar zelava atentamente pelas finanças portuguesas. O livro reitera que o ditador tinha uma posição econômica e política “(...) que se pretendia coerente – e como tal, contrária ao “despesismo” que a ponte traria (...)” (p. 92). Contudo, circunstâncias adversas teriam levado Salazar a tirar a obra do papel. “Salazar viu-se impotente para contrariar a oportunidade de receber um balão de oxigênio monetário para uma economia que se começava a estrangular com tensões no Ultramar e o êxodo da emigração, rendendo-se assim ao comportamento que ele próprio censurava.” (p. 91). A necessidade de (re)equilibrar a economia portuguesa teria feito Salazar ir contra posições pessoais, como os supostos receios em relação aos Estados Unidos. “Cerca de três mil empregos directos acrescidos de outros indirectos, apoio à indústria e aos produtos nacionais, acrescidos de financiamento externo integral, tornaram inevitável a submissão de Salazar ao tenebroso endividamento norte-americano.” (p. 91). A representação de Salazar como zelador atento das finanças portuguesas se explicita quando Rodrigues compara o contrato feito entre o Estado Novo e o consórcio U. S. Steel para a construção da ponte e a sua terceirização por um governo democrático:

Basta comparar os contratos realizados pelo Estado português com a Lusoponte em 1994 e a U.S. Steel em 1961 para perceber a dimensão do problema: enquanto o primeiro é fértil em complexidade jurídica, jargão hermético e fórmulas de cálculo que não se reflectem em nada de substancialmente útil para o erário público (muito pelo contrário), o segundo é simples, claro e preciso, tendo como objectivo a resolução de um problema com competência, integridade técnica e ética. (p. 216).

O livro relaciona os contratos feitos sob a democracia com a pronta insatisfação popular gerada pelos altos preços dos pedágios, o que resultou em grandes protestos em 1994. Esses protestos foram duramente reprimidos e inclusive um dos manifestantes foi morto por uma bala perdida proveniente das forças policiais:

“(…) Luís Miguel Figueiredo, um jovem de 18 anos, morador no Pragal e trabalhador na construção civil (...)” (p. 215). Faz muito bem o autor em destacar episódios como esse para que estejam presentes na memória dos portugueses. Porém, chama a atenção que o tema dos conflitos sociais e políticos sob o Estado Novo não tenha a mesma verve crítica em seu trabalho, como se nota na abordagem das relações e condições de trabalho durante a construção da ponte. Não é demais apontar que a fonte usada para obter informações sobre a vítima dos protestos de 1994 foi uma revista publicada sob a democracia – Visão –, a qual dá nome, idade, profissão e região onde o jovem morava, elementos que Rodrigues tanto valoriza no modo como a imprensa sob o Estado Novo se referia aos trabalhadores mortos e feridos na construção da ponte. Quando ao “zelo” de Salazar com as finanças, o autor mostra o desejo do ditador em manter o império colonial português (p. 93), mas traça uma relação bastante tênue entre a guerra colonial e os problemas econômicos que esta trouxe. A um leitor desavisado pode parecer que a construção da ponte conteve expressivamente os problemas econômicos trazidos pela guerra.

É necessário destacar que, na conclusão, Rodrigues procura apresentar uma interpretação política mais equilibrada. Volta a destacar que os portugueses não foram consultados nem na denominação da ponte como Salazar, nem na atual como 25 de Abril. Além disso, ressalta o valor da democracia para que as sociedades possam se apropriar dos bens públicos e ressignificá-los politicamente. “Se alguma vez o povo português se sentir desconfortável com o nome da ponte que tem, sempre pode decidir alterá-lo – algo que nunca teria a possibilidade de fazer em ditadura.” (p. 269). Essa ponderação é fundamental nos dias atuais, pois a extrema-direita avança em vários países europeus e governa alguns deles. Portugal assiste ao nascimento de partidos políticos considerados conservadores como o Chega de André Ventura. Na América Latina e especialmente no Brasil vemos as ditaduras serem amenizadas ou mesmo negadas. É importante resgatar que a insatisfação com a democracia e a percepção dos seus limites são resultados, justamente, das críticas que são feitas e

e circulam mais livremente sob governos democráticos. A crítica às democracias é um exercício necessário. Porém, A Ponte Inevitável peca por fazer algumas dessas críticas a partir de comparações com o período ditatorial. As soluções para as democracias devem ser encontradas a partir de comparações entre experiências e governos democráticos de um país ou de outros com os quais existam semelhanças histórico-culturais.

Para quem lê o livro desde a América Latina e sabe o quanto as ditaduras latino-americanas são lembradas por suas “grandes” obras, A Ponte Inevitável nos aproxima de experiências históricas vividas pelos portugueses desde o período ditatorial. Por aqui, contudo, a maioria dos países ainda está distante do processo de ressignificação política dessas “grandes” obras, muitas das quais continuam a ostentar os nomes dados pelas ditaduras. Além disso, as comparações e relativizações entre ditadura e democracia feitas por Rodrigues não cabem em Portugal e muito menos na América Latina, onde muitos países viveram processos de transição negociados, sem rupturas imediatas expressivas. De qualquer modo, os primeiros capítulos de A Ponte Inevitável são um estímulo para buscarmos a “longa história” das “grandes” obras das ditaduras latino-americanas, para além da paternidade e dos significados reivindicados por estes governos.

Paulo Renato da Silva (paulo.silva@unila.edu.br).  
Universidade Federal da Integração Latino-  
Americana